

UM SOCIALISTA PARA O CATETE

A Comissão Executiva Estadual de São Paulo define a posição dos socialistas frente ao problema sucessório nacional. Diante da incapacidade da burguesia, cabe à classe operária realizar a democracia, a reforma agrária e a industrialização do país. - Integra do documento do comp. Febus Gikovate, sobre a situação nacional.

N. R. Damos abaixo o trabalho do companheiro Febus Gikovate, sobre "O Partido Socialista e a Situação Nacional". Conforme nossos leitores poderão verificar, sua publicação em grande parte já foi feita, sob o título "A burguesia nacional busca lançar o péso da crise sobre a classe operária", nos dos últimos números de FOLHA SOCIALISTA. Hoje, já como documento a ser apresentado à Convenção Estadual a ser realizada no fim deste mês, publicamo-lo na íntegra, juntamente com as conclusões, aprovadas pela Comissão Executiva Estadual. Essas conclusões fixam o ponto de vista da C. E. Estadual de São Paulo a respeito do assunto, devendo o mesmo ser objeto de discussão na próxima convenção estadual, quando então será firmada a posição dos socialistas de São Paulo frente ao momento assunto.

No decurso dos quatro anos de regime democrático, instituído novamente em 1945, a burguesia brasileira reafirmou mais uma vez, de maneir cabal, a sua incapacidade de desempenhar o papel de classe dirigente. A fêlência foi completa, tanto no terreno político como no econômico. Na realidade, a burguesia brasileira ainda não chegou a constituir-se em classe, e não se tornou, ainda, consciente do papel que lhe caberia desempenhar como classe dominante. Continúa atomizada e dilacerada em função de interesses de grupos regionais e individuais. A sua consciência de classe dirigente nacional, tão embotada em face dos problemas de desenvolvimento econômico e político do país, só toma corpo em face de ameaças a seus privilégios. Só em tais circunstâncias assistimos ao despertar de sua consciência de classe. Mesmo nessas circunstâncias, ela não ousa enfrentar diretamente as ameaças e procura se acobertar atrás de homens providenciais, já erigidos, ou capotes de sé-lo, em quantidades da

ordem vigente. Surge assim, o fenômeno do caudilhismo, deste ou daquele matiz, consequência direta da incapacidade política da burguesia nacional. As dificuldades políticas e econômicas provocam sempre de parte da burguesia, a mesma reação: resolver a crise econômica à custa do proletariado, e a política pela instauração de um regime policial.

Na medida que conseguem implantar medidas policiais que cerceiam as liberdades e as possibilidades de ação das massas trabalhadoras, os classes dominantes passam a sentir-se mais seguras e pleiteiam, com desfaçatez cinica, os medidas salvadoras.

Tivemos recentemente, o exemplo de Araxá, onde as classes "produtoras", escondendo a sua própria incapacidade, atribuíram a crise econômica que atravessamos aos elevados salários e às leis sociais que beneficiam os trabalhadores. Alguns meses depois, já estribado nas futuras leis de exceção, ora em trâmite no legislativo federal, o sr. Henrique Bastos Filho, usou dos portos-

zes das classes dominantes, ao empregar-se na presidência da Associação Comercial do Estado de São Paulo, permitiu-se o uso de uma linguagem muito clara. O sr. Henrique Bastos Filho não encontrou uma única palavra de censura para si ou para seus companheiros de classe. Nem por sombra lhe passou pela cabeça o idéia de que à sua classe poderia caber uma parcela, por menor que fosse, de responsabilidade pela situação calamitosa em que se encontra o país. Não alimentou a menor dúvida quanto à clarividência e à capacidade da burguesia à

qual pertence, no terreno político ou econômico. Pelo contrário, apregou em voz alta as virtudes dessa burguesia inepta e corrompida, nos seguintes termos: "Adultos, fortes, conscientes do que delas deve o Brasil esperar, as entidades de classe romperam os liames que as prendiam aos pequenos interesses de grupos, mantiveram-se acima do partididarismo político, aparelharam-se, aprimoraram o seu sistema de trabalho e mostraram-se, afinal, aptas a dar aos responsáveis pelos destinos nacionais a colaboração honesta" (Continúa no 8.a pag.)

A SALVAÇÃO DA DEMOCRACIA ESTÁ NA INDEPENDENCIA DO SOCIALISMO

"Do desenvolvimento do Partido Socialista Brasileiro depende a politização efetiva e democrática das massas ainda submetidas ao proletariado da sociedade burguesa. O nosso poder de atração sobre os elementos radicais e populares dos partidos liberais, sobre os elementos de vocação socialista mal colocados nos partidos trabalhistas demagógicos e nas filcias comunistas, depende da firmeza com que mantivermos a independência de nossa posição e denunciarmos o afastamento dos atuais partidos em relação à linha do nosso desenvolvimento histórico social. Essa linha é a do socialismo democrático, anti-golpista, anti-oportunista e adversário implacável das manobras reacionárias, quer venham da reação burguesa enfeitada de fórmulas jurídicas, quer da reação demagógica, enfeitada de um radicalismo enganador".

(Do documento aprovado pela Comissão Estadual de São Paulo, sobre a situação política do Estado, em maio de 1948. Publicado em "Posições Socialistas", sob o título "Forças Conservadoras contra Forças Demagógicas").

Folha Socialista

Diretores responsáveis:
Antônio Cândido e
Arnaldo Pedrosa d'Horta
Gerente:
Febus Gikovate

ANO III - 20 DE ABRIL DE 1950 - N.º 49
PREÇO DO EXEMPLAR — Cr\$ 0,50
EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO DO
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Redação:
Praça do Sé, 237 - 2.º and.
Telefone: 3-9784
SAO PAULO — BRASIL

O Primeiro de Maio é uma data de luta proletária

Instruções da C. N. do Partido Socialista, para a comemoração do Dia do Trabalho

Contra o auxílio americano a Franco

Apenas foi divulgada a carta do secretário de Estado dos Estados Unidos, sr. Dean Acheson, ao senador Connally, onde o chanceler americano anunciava a intenção de modificar a política americana com relação à Espanha franquista, passando a considerá-la como integrante do bloco ocidental, todas

as federações operárias dos Estados Unidos se levantaram em unísson contra essa medida, sumamente contrária aos interesses das classes trabalhadoras da Espanha.

Damos abaixo, resumos das referidas declarações, extraídos de "La Batalla", órgão no exílio do POUM:

(Continúa na 2.a pag.)

O 1.º de maio deste ano ainda veio encontrar os sindicatos operários sob o guante do Estado Policial, o direito de greve proscri-to, e as mais comezinhas liberdades operárias espezinhas pelo arbítrio policial. Aquelas pequenas conquistas que a classe operária já conseguiu arrancar das mãos da burguesia, estão sob constante ameaça, uma vez que as classes dominantes estão cada dia mais crentes de que a causa da crise brasileira é a lei da estabilidade e do salário mínimo. O

movimento operário operário, em todo seu conjunto, ainda se encontra em um estado de grande apatia, apesar dos indícios seguros, embora pequenos, de que está despertando para luta.

Assim, faz-se mister que o 1.º de maio deste ano seja uma festa de autêntica comemoração proletária que, ao mesmo tempo que lembre os mártires de Chicago, aponte às classes trabalhadoras do Brasil o caminho a seguir na luta por sua emancipação so-

cial. E' preciso que o 1.º de maio não passe sem uma comemoração sequer. E' urgentemente necessário que em cada cidade onde exista um militante socialista, o dia magno das classes trabalhadoras seja comemorado, dentro daquele espírito que décadas de perseguição policial e desvirtuamento paternalista não conseguiram quebrantar: o 1.º de maio é uma festa do proletariado, uma data de luta e não de paz social!

(Continúa na 7.a pag.)

Contra o auxílio americano a Franco

C. I. O.

O Comitê Executivo da importante organização sindical norte-americana C.I.O. (Congresso das Organizações Industriais) que conta com seis milhões de filiados, aprovou várias resoluções relacionadas com a política externa dos Estados Unidos. Uma delas se refere às declarações de Mr. Acheson sobre a Espanha franquista. A C.I.O. expressa, em termos concretos, sua oposição ao eventual envio de um embaixador americano a Madrid e contra a política de apaziguamento com relação ao governo franquista. Reafirma, ao mesmo tempo, sua oposição a todos os sistemas de totalitarismo, sejam o fascismo, o falangismo, ou o comunismo.

A. F. L.

O Conselho executivo da A.F.L. (Federação Americana do Trabalho) considerou novamente o assunto do pleno reconhecimento pelo governo americano da ditadura fascista na Espanha, encabeçada pelo generalíssimo Franco.

Reafirma sua oposição a tal reconhecimento, e solicita que o Departamento de Estado adira fortemente a política de não reconhecimento. Insta ao presidente dos Estados Unidos, ao Comitê de Relações Exteriores do Senado e da Câmara dos Deputados para que façam tudo o que esteja em seu alcance para que continue a política de não reconhecimento do regime falangista da Espanha.

Os trabalhadores americanos no Congresso de Londres da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, uniram-se em uma vigorosa iniciativa para conseguir que a condenação da ditadura de Franco seja a expressão e a voz do movimento operário livre internacional. O movimento operário democrático não pode esquecer jamais que, na Espanha falangista, os sindicatos estão proibidos de funcionar, suas atividades consideradas fora da lei e seus dirigentes encarcerados ou fuzilados. O movimento operário de nosso país está como o movimento operário de boa fé de todas as partes, está dedicado à luta e à destruição de toda forma de tirania totalitária. Nenhuma democracia pode triunfar sobre

(Conclusão da 1.ª pag.)

o totalitarismo, ajudando ou apoiando-se em regimes totalitários como aliados.

A ATITUDE DA C. I. T.

Segundo telegramas vindos de Havana, a Confederação Interamericana de Trabalhadores resolveu manter "uma inquebrantável oposição" ao governo espanhol de Franco, "reclamando dos governos democráticos do continente, que se negue a Franco todo apoio econômico e político".

A decisão da C.I.T. foi tomada tendo em vista os pronunciamentos de Lima, Havana e (o mais recente congresso de Londres. A C.I.T. resolveu continuar exigindo dos governos democráticos, dos povos e dos trabalhadores do mundo uma energia solidariedade que obrigue os ditadores espanhóis a devolver ao povo a liberdade que lhe arrebataram, e a dignidade democrática que a C. I. T. propunha para todos os países da terra.

UM PRIMEIRO PASSO, APENAS

"Isto não pode ser mais que um primeiro passo"

diz o redator de "La Batalla", referindo-se a essas manifestações dos órgãos sindicais da América. "Os trabalhadores espanhóis têm o direito de exigir que se cumpram os acordos de Londres. De exigir que o movimento sindical norte-americano oponha uma sólida barreira aos projetos de Washington. A reclamar uma solidariedade eficiente".

Interesses econômicos e consciência de classe

(Conclusão da 7.ª pag.)

inteiramente livre, o debate franco, a discussão elevada e decisões unânimes".

E, a seguir, vem, num estilo marxista, a tomada de consciência de classe, nesta frase lapidária: "A unidade dos produtores é um testemunho de que não prevalecerão questões partidárias e não influirão interesses regionais, porque acima de tudo, impera um sentido de patriotismo, de preservação da ordem pública e econômica, nas decisões dos órgãos máximos das classes. Essa unidade inquebrantável... etc..." (grifos nossos).

Isso mostra, em que pesem aos PSDs, UDNs, PRs, que a

Os "Diários Associados" não querem...

(Conclusão da 8.ª pag.)

fício, ainda tenta a empresa chicanear com a vitória dos seus empregados, como se a Justiça pudesse servir aos interesses escusos que norteiam os seus fraudadores.

Reunidos em assembléia geral, e decidindo por absoluta maioria, os jornalistas que exercem suas atividades nessas duas empresas sentem-se no dever de vir a público para expor os fatos que ora expõem, e para agradecer, aos seus companheiros de outros jornais de São Paulo, a solidariedade que vêm recebendo e que, mercê de Deus, lhes servirá de ânimo e energia para o prosseguimento da luta em torno de suas reivindicações, especialmente, quando medidas mais enérgicas se façam necessárias para o cumprimento da lei e o respeito à Justiça.

FREITAS NOBRE, presidente do Sindicato dos Jornalistas, com autorização expressa da assembléia dos jornalistas dos "Diários Associados".

(Firma reconhecida)

A execução judicial da sentença, decidida pela assembléia dos jornalistas "associados", representa o primeiro ataque frontal à poderosa organização, useira e vezeira em burlar as mais elementares conquistas da legislação trabalhista brasileira, já de si tão preta de interesse patronal.

Tal exploração não deve causar espécie, pois Assis Chateaubriand, o homem que tem pregado sistematicamente a união da burguesia agrária e plutocrática contra as classes trabalhadoras, aliado incondicional do capital imperialista norte-americano e demagogo da "paz social" em um país de estrutura latifundiária, dirige seus interesses privados de acordo com sua ideologia reacionária e prepotente.

Aos socialistas empregados na "Diários Associados S. A." cabe grande responsabilidade na articulação da luta contra a exploração e artimanhas patronais, como elementos de vanguarda dos trabalhadores.

JORNALISTA

L. L. O.

Harold Laski - Léon Blum e a crise contemporânea

Numa mesma quinzena, desaparecem dentre os vivos, dois expoentes do socialismo mundial. O pensamento socialista tinha em Haroldo Laski e Leon Blum, dois intérpretes magníficos, duas inteligências privilegiadas, e ambos exerceram grande influência política e moral em seus respectivos países.

Filhos de culturas e países diferentes, mais próximos geograficamente um do outro, apenas separados pelo Canal da Mancha, professaram o mesmo ideal, desempenharam o mesmo papel, e tiveram e continuam a ter a projeção universal, propiciada por seus livros, traduzidos em vários idiomas.

No prefácio de um dos seus livros traduzido para o nosso idioma sob a epígrafe de "Fé, Razão e Civilização", Haroldo Laski como que dirige um apelo aos socialistas brasileiros para que transmitam o ensinamento que ele sempre propagou, qual seja o de que — "o homem que dá o mais que pode à causa comum é o que mais contribui para criar condições de garantia à sua própria segurança".

Numa outra passagem do mesmo

prefácio, ele assim se nos dirige, "Essa a razão pela qual clamo por um humanismo que, da satisfação, em todo mundo, das necessidades elementares do homem, construa a capacidade de reconhecer e utilizar o que há de mais nobre no caráter espiritual dos homens. É um esforço quase tão velho quanto a própria filosofia, pois que remonta aos antigos gregos; em certo sentido, transparece também na sabedoria dos profetas, tanto chineses como hebreus, tanto hindus como cristãos. Se este livro concorrer para revelar a solução do problema aos que no Brasil tem consciência da urgência da crise em que o mundo se debate, não terá sido escrito de todo em vão" ("Fé, Razão, Civilização. pag. 8, Little Bardfield, 17-8-46").

A crise em que o mundo se debate a que se refere Laski, é de natureza endêmica em nossa terra. Somos um país moço, mas já anemado por um estado de crise permanente.

E uma das causas do nosso desajustamento social, de visibilidade manifesta a todos, é que as classes dirigentes não se preocupam com "a

causa comum", "com o interesse geral" e sim com os seus próprios interesses.

Mas, se essas classes insistirem nessa posição egoística, não de, fatalmente, perder os seus privilégios, como perderam o claro e a nobreza da França em 1789, como perdeu a plutocracia russa em 1917.

A crise contemporânea é um produto capitalista, que se apossou do progresso, como coisa sua, quando é de todos e por todos deve ser usufruído.

A burguesia detentora do Poder Político é a primeira a possibilitar as crises, dos quais se aproveita em benefício próprio, num alheamento cômico das necessidades coletivas, da desocupação e da miséria das massas proletárias.

O que vimos de expor é extraído do pensamento de Leon Blum acerca da crise da nossa época, o qual, por fidelidade, aqui trazemos na sua expressão original: "O progresso contínuo da ciência e da técnica permite produzir-se em um tempo constantemente reduzido uma quantidade de riquezas cada vez maior. Esse progresso não é propriedade ex-

clusiva de ninguém; ele é a herança anônima e, por consequência, o bem coletivo da humanidade, uma vez que ele contém e supõe todo o trabalho acumulado de gerações humanas. O capitalismo burguês, incapaz de repartir essa riqueza imensa com a massa dos consumidores, dela se livra em favor de crises periódicas e "deflações" sistemáticas. O progresso em suas mãos transformou-se numa oportunidade de lucro desmesurado para alguns privilegiados, mas uma causa de miséria e desemprego para a imensa maioria dos homens". ("A L'Échelle Humaine", pg. 133, ed. de 1945).

Até na maneira de compreender o fenômeno-crise nas sociedades políticas do nosso tempo, os dois pontífices do socialismo moderno se aproximam, possuídos daquele espírito de verdade que distingue os grandes humanistas, porque também foram grandes humanistas Haroldo Laski e Leon Blum, pois dedicaram com fidelidade invulgar, as suas inteligências à Humanidade e ao bem estar dos agregados humanos em que nasceram.

MONTEIRO GONDIM

O DIREITO DE GREVE E A JUSTIÇA BRASILEIRA

(Continuação da 8.a pag.)

democrático e se volta com certa saudade para o snr. Getúlio Vargas, que, para êle, encarna a obtenção de algumas pequenas garantias no campo da legislação trabalhista. Os trabalhadores continuam tendo os seus sindicatos policia- dos por "tiras" e domina- dos por interventores nome- ados pelo Ministro do Trabalho, que ali mantém uma oligarquia corrompi- da e assalariada pelos pa-

trões. O exercício do di- reito de greve continúa a encontrar a mais feroz re- pressão, por parte da po- lícia política, como no tem- po do "trabalhista" Getú- lio Vargas.

Subsiste, portanto, para o proletariado, quase a a mesma ditadura de an- tes de 1945. Dizemos "quase", porque a situação não é igual. Agora, pelo me- nos, ainda se pode protes- tar, como ora fazemos,

contra a manutenção des- sa ditadura contra a pro- letariado, e lutar, nas pró- ximas eleições, para que aquelas garantias funda- mentais sejam alcançadas, como certamente lutarão os operários mais concien- tes, que não se deixarem iludir pela demagogia dos aventureiros "trabalhis- tas" que andam por aí à solta.

O direito de greve foi in- cluído na constituição bra- sileira de setembro de 1946. Estabeleceu a cons- tituição, que o direito de greve será exercido pela forma que for regulada em lei ordinária. E, desde en- tão, está se aguardando essa regulamentação, que vem sendo retardada pelo Parlamento, composto em sua grande maioria, inclu- indo os "trabalhistas" e "progressistas", por polí- ticos profissionais a ser- viço das classes dominan- tes.

Na legislação ordinária, portanto, persiste uma situação anormal: Existe a legislação de tipo fascista, do tempo do Estado Novo, proibindo a greve e punin- do-a como crime (Código Penal de 1940, artigo 201). Anteriormente à vigência da constituição, quando ainda atravessávamos um período de efervescência de- mocrática e, em consequên- cia, a polícia não tinha fôr- ças para reprimir os movi- mentos grevistas, o govêr- no do general Dutra bai- xou o decreto-lei n.º 9.070, de agosto de 1946, "regu-

(Continúa na 4.a pag.)

O Programa dos Trabalhos da Convenção de Abril

— Foram estabelecidos pela Comissão Executiva Esadual do Partido Socialista Brasileiro, os dias 29 e 30 do corrente e 1.º de maio, para a realização da Convenção Estadual de São Paulo. O programa para essa Convenção é o seguinte:

DIA 29 DE ABRIL, AS 14 HORAS — Instalação da Con- venção, apresentação de credenciais dos delegados, expe- diente. Relatório da secretaria. Varias. A situação política nacional e a posição dos socialistas, relativamente ao pro- blema da sucessão presidencial.

DIA 30 DE ABRIL, A PARTIR DE 9 HORAS — Conclu- são dos trabalhos do dia anterior. Eleição: a) de candidatos do Partido à Câmara Federal, Senado e à Assembléa Legis- lativa Estadual. b) Da nova Comissão Estadual de acordo com as resoluções tomadas na última reunião de Araraquara. c) Da delegação que representará a secção de S. Paulo do Partido Socialista, na próxima Convenção Na- cional, a ser realizada em junho ou julho, proximos.

DIA 1.º DE MAIO, À TARDE — Comício de encerra- mento da Convenção Estadual, com a apresentação dos can- didatos do Partido, às proximas eleições.

OS FUTUROS REPRESENTANTES SOCIALISTAS

Até o momento, recebemos as seguintes indicações, a serem subme- tidas à apreciação da Convenção Estadual a reunir-se em 29:

- Alípio Corrêa Neto — S. PAULO — Médico — Dep. Estadual
- Alvaro Gomes dos Reis — JAU — Advogado — Dep. Estadual
- Anita Carrijo — S. PAULO — Dentista — Dep. Federal
- Antonio Candido — S. PAULO — Professor — Dep. Federal
- Antonio Candido — S. PAULO — Professor — Dep. Estadual
- Antonio Costa Corrêa — S. PAULO — Advogado — Dep. Estadual
- Antonio de Cillo Neto — S. PAULO — Médico — Dep. Estadual
- Antonio Medeiros — SOROCABA — Comerciante — Dep. Estadual
- Antonio Simões do Almeida — CUBATÃO — Func. do DER — Dep. Estadual
- Ari Lex — S. PAULO — Médico — Dep. Estadual
- Aristides Prado — CAÇAPAVA — Func. Público — Dep. Estadual
- Cid Franco — S. PAULO — Jornalista — Dep. Federal
- Cid Franco — S. PAULO — Jornalista — Dep. Estadual
- Domingues Carvalho da Silva — S. PAULO — Jornalista — Dep. Estadual
- Eduardo de Almeida Leite — PIRACICABA — Prof. e Alfaiate — Dep. Federal
- Eduardo Barnabé — CAMPINAS — Ferroviário — Dep. Estadual
- Fenelon Chaves — STO. ANDRÉ — Ferroviário — Dep. Federal
- Foch Simão — S. PAULO — Advogado — Dep. Estadual
- Francisco Giraldes Filho — S. PAULO — Agricultor — Dep. Federal
- Geraldo Campos de Oliveira — S. PAULO — Jornalista e Professor Dep. Estadual
- Hozair Motta Marcondes — S. PAULO — Advogada — Dep. Estadual
- Jaira Ramos — S. PAULO — Médico — Dep. Federal
- João Caetano Alvares Jr. — S. PAULO — Engenheiro — Dep. Federal
- Joaquim Vieira Filho — S. PAULO — Médico — Dep. Estadual
- José Antonio Rogê Ferreira — S. PAULO — Estudante — Dep. Estadual
- José Calazans de Araújo — S. PAULO — Advogado — Dep. Estadual
- José Mario Junqueira — S. PAULO — Estudante — Dep. Estadual
- Julio Franco Filho — S. PAULO — Advogado — Dep. Estadual
- Lauro Lima Verde — ITU — Advogado — Dep. Estadual
- Luciano Girardino — S. PAULO — Alfaiate — Dep. Estadual
- Luis Lopes Coelho — S. PAULO — Advogado — Dep. Estadual
- Luis Lopes Coelho — S. PAULO — Advogado — Dep. Estadual
- Luis Martins — S. PAULO — Escritor — Dep. Federal
- Mario Mattozinho — BAURÚ — Médico — Dep. Estadual
- Mario Neme — S. PAULO — Escritor — Dep. Estadual
- Nabor da Graça Leite — BAURÚ — Ferroviário — Dep. Estadual
- Oswaldo Antão Fernandes — S. PAULO — Dentista — Dep. Estadual
- Patricia Galvão — S. PAULO — Jornalista — Dep. Estadual
- Paula Villares de Almeida — CAMPINAS — Ferroviário — Dep. Estadual
- Pedro Tarlê — RIBEIRÃO PRETO — Viajante — Dep. Federal
- Plínio Gomes de Mello — S. PAULO — Advogado — Dep. Federal
- Renato Corrêa Rocha — ARARAQUARA — Agricultor — Dep. Estadual
- Sérgio Buarque de Holanda — S. PAULO — Escritor — Dep. Federal
- Sérgio Milliet — S. PAULO — Escritor — Dep. Federal
- Syllas S. de Souza Camargo — CAMPINAS — Ferroviário — Dep. Estadual
- Syr Martins — SANTO ANDRÉ — Dentista — Dep. Estadual
- Tomás Martins da Costa — S. PAULO — Advogado — Dep. Federal
- Tomás Martins da Costa — S. PAULO — Advogado — Dep. Estadual
- Wilson Rahal — S. PAULO — Advogado — Dep. Federal
- Wilson Rahal — S. PAULO — Advogado — Dep. Estadual

Poesia sem fundamentos

Com a assinatura do poeta Ros- sine Camargo Guarnieri — a quem jamais recusei minha admiração — o revista "Fundamentos" publicou, num dos seus últimos números, um "Poema Para Luis Carlos Prestes". Eu nada teria a dizer sobre esse poema — cuja desimportância, do ponto de vista literário, é evidente

— se a agressividade de "Funda- mentos" em relação aos chamados "intelectuais socialistas" não me for- çasse a meditar um pouco sobre o sentido da literatura de alguns es- critores comunistas e, em especial, do poesia do talentoso autor de "Páris Inseguro".

Sei que o tema do poema citado é áspero, mas isto não me pode levar a absolvê-lo de todas as falhas de ordem estética e política que contém. De resto o seu autor, sr. Rossine Camargo Guarnieri, que, com o brilhante sr. Jorge Medauar, comanda a poesia prestista do Bra- sil, é um poeta que não precisa de elogios de favor. A posição de pres- tigio que, com dois livros apenas, conquistou, comporta bem qualquer discussão em torno do seu nome.

Ora, de início devo dizer que la- mento que um poeta de talento e reputação como Rossine, não tenha podido oferecer a Prestes, no poema em causa, senão imagens gastas e frases feitas. Essa coisa de "cora- ção da América", "milhões de lares operários", "chacais" (como foi usa- do a palavra), "hipócritas audezes", "ladões os assassinos", está tão dis- tante da poesia e sua linguagem como a Groenlândia da Tasmânia. Isto vem afinal evidenciar que a poesia política é de fato um pro- blema difícil. Tão difícil que nem mesmo o sr. Rossine Camargo Guarnieri, com todo o seu talento e a sua leitura na espécie, não o conse- gue resolver.

O famoso Neruda encontrou, para sintetizar a figura do ex-ditador Ge- túlio Vargas, a grande fórmula (do ponto de vista literário) "marçaga de asas trias"; Rossine fica porém mui-

(Continúa na 4.a pag.)

A Situação Política em Goiás

O Partido Socialista apoiará o P. S. D.

Telegramas vindos do Rio dão conta do que foi aprovado pela Com- missão Estadual de Goiás, do Parti- do Socialista Brasileiro, um acôrdo no sentido de que o candidato do PSD ao cargo de governador daquele Estado da Federação, sr. Pedro Lu- dovico, seja apoiado também pelo Partido Socialista. O Partido Socia- lista de Goiás não apresentará qua- quer candidatos ao legislativo fede- ral, limitando-se a apoiar os candi- dados a deputados federais que inte- gram a chapa do Partido Social Democrático. Para um dos cargos de Senador, foi indicado o nome do comp. Domingos Velasco, pelas cor- rentes políticas que fazem parte do acôrdo.

PARA AUXILIAR FOLHA SOCIALISTA

A direção de "Folha Socialista" solicita a todos os seus assinantes que renovem, com a possível ur- gência, as suas assinaturas do jornal, bem como pro- curem angariar outras junto a suas relações pessoais. Esta é uma maneira concreta de ajudar-se o movi- mento socialista no Brasil, uma vez que possibilitará a saída regular de nosso quinzenário que, como já dis- semos, é mantida graças à boa vontade de alguns companheiros.

Assim, pedimos a todos os nossos leitores que preencham o coupon abaixo, enviando-o aos cuidados do comp. Febus Gikovate, Praça da Sé, 2.º andar, S. Paulo, acompanhado da importância de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) em cheque, vale postal ou selos do correio.

Auxiliemos FOLHA SOCIALISTA !

Remeto, anexa, a importância de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros), cor- respondente a uma assinatura anual de "FOLHA SOCIALISTA".

Nome

Rua N.º Cidade

Estado

A Situação Política Nacional

A Comissão Municipal de São Paulo, para esclarecimento de seus militantes, incumbiu o comp. Do- mingos Carvalho da Silva de apre- sentar um trabalho sobre a posição do Partido Socialista frente à suc- cessão presidencial. Discutindo o as- sunto em seu grupo de base, o Grupo Profissional n.º 1, o comp. Car- valho da Silva adiantou alguns pon- tos de seu trabalho. Por êle, pude- ram os militantes do GP-1 inteirar-se de que é pensamento do comp. re- lator dever o Partido Socialista mar- char independente nas próximas eleições, indicando, inclusive candi- dados próprios à presidência e vice- presidência da República.

O DIREITO DE GRÉVE E A JUSTIÇA BRASILEIRA

(Conclusão da 3.a pag.)

lando" o direito de greve. Esse decreto-lei, por é m, cheira a fascismo; a Estado Novo getulista, porque o pretexto de "regulamentar", praticamente proíbe o exercício do direito de greve pelos trabalhadores. Temos, porém, a constituição, que estabelece o direito de greve, sem restrições para quaisquer categorias de empregados e, portanto, está em contradição com a legislação anterior, inclusive o decreto-lei dutrista de 1946.

Em tais condições, era de se esperar que a justiça brasileira considerasse simplesmente revogados, pela constituição de 1946, o artigo 201 do Código Penal e o decreto-lei n.º 9.070 que estabelece restrições quase totais ao direito de greve. Na verdade, estes dispositivos de lei são francamente inconstitucionais e, assim, não podiam mais ter aplicação alguma. Não é preciso ser jurista para se verificar isto. É uma coisa que salta aos olhos, para qualquer pessoa.

Mas acontece que o Poder Judiciário também não deixa de ser um órgão do Estado burguês. Por isso, vem se conduzindo, nessa

materia do direito de greve, como um órgão estatal a serviço das classes capitalistas. E a consequência é que vêm sendo aplicados repetidamente, todos os artigos de lei fascistas anteriores à constituição, que reprimiam o exercício do direito de greve. A justiça comum tem proferido sentenças condenando trabalhadores à prisão, pelo "crime" de participarem de movimentos grevistas, de acordo com o artigo 201 do Código Penal de 1940. A Justiça do Trabalho tem negado indenização a empregados dispensados pela "falta grave" de participação em movimentos grevistas, de acordo com o decreto-lei dutrista de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho getulista, de 1943. Isso é uma farsa sinistra, que bem demonstra como não é possível manter ilusões em relação à qualquer dos órgãos do Estado, numa sociedade es-

truturada no sistema capitalista, pois todos eles, quando está em jogo o interesse das classes dominantes, de um lado, e de outro o interesse do proletariado, não tepidam em praticar as maiores patifarias e ilegalidades para a defesa das primeiras.

O direito de greve, como uma das conquistas fundamentais dos trabalhadores, depende sempre de situações de fato, que coloquem os órgãos do Estado, na sociedade capitalista, diante de um "fato consumado", de modo a tornar impossível, ou, pelo menos, difícil e perigosa a repressão. Se a greve é exercida por um número reduzido de trabalhadores, os "tiras" de polícia entram em cena, os grevistas são presos, os patrões os dispensam sem indenização, a Justiça do Trabalho entende que a dispensa foi justa, com fundamento na Consolidação das Leis do Trabalho, a Justiça comum condena os grevistas a alguns meses de prisão, com fundamento no Código Penal de 1940, a imprensa servil aos interesses capitalistas silencia, o Parlamento não toma conhecimentos da "arbitrariedade". Mas, se a greve atinge um grande número de trabalhadores, toda a coletividade de uma grande fábrica, a situação é diferente. Sobretudo se não há, no movimento, chefes ostensivos, sobre os quais se possa descarregar o peso da repressão policial, judicial e patronal. Aí o patrão se vê impossibilitado de dispensar os empregados grevistas, porque a dispensa lhe acarretaria grandes dificuldades. A

polícia e os juizes, por mais conservadores e reacionários que sejam, hesitarão muito, antes de aplicarem os meios "legais" de repressão, que a legislação da ditadura lhes põe nas mãos.

E, uma vez ganha uma batalha, não será muito difícil ganhar outras, porque os aparelhamentos judiciais são presos a um sistema estrutural que não lhes permite adotar soluções diversas para casos iguais, sob pena de desmoralização completa. Se a Justiça comum absolve empregados que cometeram o "crime" de participar de movimentos grevistas, sentir-se-á coibida de voltar atrás depois, decidindo em sentido contrário, em outro caso igual. O mesmo se dá com a Justiça do Trabalho.

Ultimamente temos tido alguns exemplos que bem demonstram esse fato. O Tribunal Regional do Trabalho, no Rio de Janeiro, por exemplo, proferiu re-

centemente uma sentença decidindo que "o simples fato de ter o empregado tomado parte na greve irrompida na empresa, sem prova de que houvesse praticado algum ato de sabotagem, não constitui justa causa para ser sumariamente despedida". Trata-se de uma greve irrompida na Cia. Vale do Rio Doce, que atingiu quase a totalidade dos empregados, em novembro de 1948. Em São Paulo, também já houve uma decisão no mesmo sentido, relativamente ao movimento grevista ocorrido na Cia Votorantim, em Sorocaba, também em 1948. E, decisões desse gênero, conseguidas como um "fato consumado", pela pressão do número de pessoas envolvidas e da repercussão que acarretam, irão formando jurisprudência. Se a barreira conservadora e reacionária que ainda se mantém na Justiça brasileira fôr vencida, o Parlamento não terá outra solução senão apressar a regulamentação do direito de greve e declarar definitivamente revogados os dispositivos de lei fascistas que ainda são utilizados na repressão à greve.

ADVOGADO

Poesia sem fundamentos

(Conclusão da 3.a pag.)

ta distante: ao general Dutra não consegue chamar mais do que "mesquinho ditador", como faria qualquer reporter de quinta ordem, e sem imaginação. Esta impotência criadora é deplorável, pois com ela o sr. Guarneri enterra a sua reputação de poeta, ao passo que as suas homenagens noticiais se desvalorizam por falta de significado literário.

Na parte política não me parece mais feliz o poema do autor de "A Voz do Grande Rio", e isto porque — talvez contra a vontade do poeta Rossine — não é revolucionário, nem marxista: sua estrutura se alicerça em termos e ideais tipicamente burgueses. Quem encontrasse estes dois versos em qualquer inscrição mural:

— "Mas o seu retrato está em todos os lugares como um símbolo de honradez, Ide coragem e de fé".

pensaria logo: isto se refere ao grande Duque de Caxias e deve ter sido escrito para alguma comemoração escolar. E pensaria bem, pois a fórmula "honradez, coragem e fé" é típica do pensamento burguês e conservador, e por certo digna da "Genealogia Paulistana" de Pedro Taques...

Da resto, para o vibrante poeta de "Quando, Irmãos?", o lugar onde Prestes se encontra é "um lugar sagrado — como o berço de minha mãe"; ora, esta ideia florescerá com o mesmo brilho em qualquer expoente literário da burguesia rural, que se referisse ao santuário de Aparecida ou do Senhor de Matozinhos de Congonhas do Campo.

A mentalidade revolucionária e socialista não comporta, porém, a canonização dos líderes nem a transformação dos seus esconderijos em

lugares sagrados, nem dos seus retratos em reliquias.

Paris, quando Rossine — referindo-se o Prestes — nos informa que

"A sua face tranquila pende das paredes de milhões de Ilares operários e o seu nome sustenta os combatentes em pé",

o sentido da cultura marxista se liquefaz, pois fica claro que tais "Ilares operários" substituíram a imagem de S. Judas Tadeu ou de São Jorge pelo de um novo santo milagreiro, aureolado, ainda no poema em causa, por um tom sebastianista que faria inveja a Frederico Barrota e a d. Sebastião, o penúltimo coroado de Aviz.

Em síntese, o "Poema Para Luis Carlos Prestes", do sr. Rossine Camargo Guarneri, nada significa como realização literária. E como acontecimento político, significa apenas, e infelizmente, que o estilo laudatório de uma Benigna, de um Claudio Manuel da Costa, de um Domingos Gonçalves de Magalhães, está resurgindo no Brasil, na arte neo-mística e profética de alguns poetas que tracam o ideal literário e a concepção socialista de vida pelo estranho culto do "partido" e pelo enudeamento do homem que o encarna.

Isto, no caso do eminente poeta Rossine Camargo Guarneri, é triste, pois se a poesia perde o esplendor do militante ganha o povo, por sua vez, um novo desvirtuador da autêntica mentalidade socialista, já tão corrompida pelas fabulosas fantasias táticas da semafórica linha justa.

DOMINGOS CARVALHO DA SILVA



POR UM 1.º DE MAIO
PROLETÁRIO

INDICADOR PROFISSIONAL

ADVOGADOS

WILSON RAHAL

ESCRITORIO:

Proça Antonio Prado, 9 - 11.º andar Salas, 1107/9 — Fone: 3-4656

RESIDENCIA:

Rua Guarará, 230 — SÃO PAULO

DR. JULIO DE ARAUJO
FRANCO FILHO

RUA BRAULIO GOMES, 25
7.º PAV. - CONJ. 709

Renato Sampaio Coelho

Rua José Bonifácio, 209

11.º andar - Salas 1.104-6-8-10

Tel.: 6-3013

ADELMAR V. BRANDÃO
ANTONIO COSTA CORREA

RUA FRADIQUE COUTINHO, 303

R. CONS. CRISPINIANO, 79

5.º Andar - Tel. 6-3013

HIRAM MAYR CERQUEIRA

Tel.: 3-5502

R. Sen. Paulo Egídio, 61 - 3.º

SÃO PAULO

Drs. Hozair Motta Marcondes e Carlos Nobrega Duarte

Rua Benjamin Constant, 138

3.º Andar - Tel 2-6652

FREITAS NOBRE

ADVOGADO

Rua José Bonifácio, 233 - 3.º And.

Tel.: 2-0168

HOSPITAL 9 DE JULHO

Rua Peixoto Gomide, 647

Fone — 6-6565

CIRURGIA GERAL

ABERTA A TODOS

OS MÉDICOS

MÉDICOS

DR. FEBUS GIKOVATE

Xavier de Toledo, 46 - 3.º

CLINICA DO APARELHO RESPIRATORIO
RAIOS X

DR. EMILIANO NOBREGA

CLINICA MEDICA

Rua da Estação, 13

TREMÊMBÉ DA CANTAREIRA

DENTISTAS

DR. OSVALDO ANTÃO

FERNANDES, C. D.

Clinica geral - Infecções dentárias - Cirurgia - Raios X - Dentaduras (com curso Post. Graduado)

Rua Barão de Itapetininga, 139 - 3.º and.

Ap. 2 - Tel.: 4-0027

SÃO PAULO

O Partido Socialista e a situação Nacional

prestigiamos, solicitando a intervenção do estado em muitos setores da vida econômica social do país". (Idem, *ibidem*).

Os dois trechos citados do discurso do sr. Henrique Bastos Filho, definem claramente a impáfia e a desorientação de nossas classes "produtoras".

Se a burguesia nacional hesita e se mostra desorientada em face das linhas mestras a serem imprimidas ao processo de produção, não acontece o mesmo quando procura definir as suas relações com o proletariado. O espírito policialesco e retrógrado se afirma com uma clareza meridiana, através das seguintes palavras do mesmo porta-voz das classes "produtoras": "Desinteressado do fluxo das massas, porém, interessado em sua prosperidade, não me arrecio de afirmar que as classes trabalhadoras do país deverão participar dos sacrifícios que a todos tocam". "Um dos motivos pelos quais a produção brasileira não pode cumprir vantajosamente nos mercados internacionais, é o seu elevado custo, resultante em grande parte do onus de uma legislação social e trabalhista um tanto prematura e sob alguns aspectos prejudicial ao próprio trabalhador. (os grifos são nossos)". "Afirmando apenas que já é tempo de fazermos uma pausa, de não onerarmos a produção com novos encargos capazes de entorpecer sua marcha ascendente e cujos benefícios imediatos estariam em desproporção com os males que poderiam acarretar para toda a coletividade". "O empregador nacional paga, hoje, dezesseis meses de salário por ano de serviço, sem contar os onus indiretos representados pela estabilidade, indenização, seguros contra acidentes, segurança e higiene do trabalho e outros". "Por sua vez, as estatísticas demonstram, de modo irrefragável, que a curva de crescimento da remuneração já ultrapassou a do custo de vida, o que vale dizer que o salário real do trabalhador brasileiro foi não apenas conservado através da conjuntura da inflação, como até mesmo aumentado". (Idem, *ibidem*).

A linguagem é clara. A burguesia, nesse terreno, sabe perfeitamente o que quer. Não se contradiz. Não vacila e não titubeia. Armada das leis de exceção, que os seus representantes lhe estão fornecendo, em um legislativo docil e submisso, previamente expurgado, a burguesia enfrenta as massas, não mais com demagogia, mas sim com ameaças. As leis sociais, magra conquista de décadas de lutas, deverão ser abolidas ou restringidas. Os salários de fome se afiguram aos senhores capitalistas por demais elevados e deverão ser, direta ou indiretamente reduzidos. É esta a única solução que as classes "produtoras" encontram para a crise, fruto exclusivo de sua inépcia e corrupção. Resta saber se o proletariado, através de seus elementos mais esclarecidos e politicamente mais conscientes, vê a situação pelo mesmo prisma. Resta saber se as massas trabalhadoras permitirão que se lhes arranquem os parcos regaliais, tão penosamente conquistadas através de árduas lutas. Resta saber se as massas trabalhadoras das cidades e mesmo as dos campos, se conformarão com o papel de bode expiatório dos erros e crimes da burguesia inepta e corrupta. Estamos certos que não.

O regime democrático, instituído em 1945, mais por pressão externa do que interna, já nasceu fruto de um compromisso com o Estado Novo. Não alcançada em reformas econô-

UM SOCIALISTA PARA O CATETE

(Continuação da 8.a pag.)

micas e políticas profundas, não escudada em um poderoso movimento de massas, a mudança foi mais aparente do real. O regime democrático vigente acha-se, na realidade, aparelhado de todos os leis de exceção, elaboradas durante a vigência da ditadura, e que os órgãos legislativos criados em 1945 se "esqueceram" de abolir. O mesmo "esquecimento" não ocorreu quando se tratava de aplicar as referidas leis, o que já foi feito mais de uma vez. Embora a constituição atual, elaborada há mais de três anos, esteja em vigor, vigoram também as leis de exceção da ditadura e essas na vida cotidiana. O movimento sindical e o direito de greve não são regidos pela Constituição de 1946, mas sim pela legislação fascista da ditadura getuliana. O Ministério do Trabalho e a polícia política conti-

nuam sendo as autoridades supremas no terreno sindical, o da luta pelas reivindicações dos trabalhadores. Os órgãos legislativos são apenas palco de protestos inúteis dos poucos representantes que defendem a causa do povo trabalhador.

A debilidade dos atuais órgãos democráticos está sendo posta à prova pelo problema da sucessão presidencial, fato normal e quase que banal em um regime verdadeiramente democrático. A crise econômica vem se juntar assim uma crise política da maior gravidade. Uma e outra são fruto apenas da inépcia e corrupção das nossas classes "produtoras" e dirigentes. Merecem, pois, ser analisadas mais de perto. A compreensão clara de suas causas poderá orientar a atuação política dos elementos mais esclarecidos da classe trabalhadora.

vez obtidos os monopólios pleiteados, se desinteressam inteiramente de tudo que não se relacione com o problema de obtenção de lucros máximos. De impulsionadores do progresso em sua fase inicial e efêmeros, se transformam logo em freios do mesmo, quando se recusam a expandir os serviços, sempre em caráter de monopólio, de acordo com as necessidades de desenvolvimento, a não ser a tróca de aumento extorsivos das tarifas e dos preços, já de si tão elevados. É o caso da Light, da Telefônica, etc... Fazem-nos impunemente certos da convivência criminosa de largos setores das classes dominantes e dos governos.

Nos quatro anos do atual governo, todos os fatores ainda mais se agravaram e nenhum problema teve solução adequada. As possibilidades de desenvolvimento industrial do país ainda se restringiram mais devido à crise cambial crônica, fruto de uma política míope e incapaz. As reservas acumuladas durante a guerra foram malbaratadas pelo rearmamento perfeitamente dispensável e pela importação de produtos sem nenhuma utilidade produtiva, apenas para enriquecer uma meia dúzia de especuladores inescrupulosos. Continuamos ainda à beira do precipício e só não rolamos nele em virtude da providencial alta do café, iniciada em 1949. Nos dois últimos anos voltamos de novo à política dos déficits orçamentários astronômicos e os consequentes emissões de papel-moeda. Como resultado, um novo surto de encarecimento do custo de vida, uma diminuição dos salários reais e um desassossôgo crescente. Não se dá um passo sequer no caminho da solução dos problemas urgentes. Em matéria de energia elétrica, continuamos à mercê da Light. O petróleo e seus derivados continuam a sangrar a economia do país, quase a branco.

Acrescente-se ainda a corrupção reinante tanto no âmbito federal como no estadual. Tivemos o escândalo das locomotivas, a negociação de títulos do sr. Corrêa e Castro e comparsas, a bandalheira das refinarias, denunciada por Hermes Lima, na Câmara Federal, e assim por diante. Em São Paulo, temos a imoralidade administrativa erigida em regra; em Alagôas, a truculência policial, em lei.

A crise política e o integralismo

No terreno político assistimos a uma limitação cada vez maior dos direitos e liberdades democráticas. Em processo iniciou-se com a cassação do registro do Partido Comunista e dos mandatos do referido partido. Esses atos não visavam apenas o Partido Comunista. Destinavam-se, antes de mais nada, a mutilar o regime democrático e implantar o arbítrio policial. Nenhum setor da burguesia se mostrou verdadeiramente interessado na manutenção da integridade democrática e nenhum de seus partidos se empenhou a fundo nos batallhões do parlamento. Temos a prova disso nas leis de reforma dos militares, de imprensa e de segurança, que se destinam a completar as anteriores e implantar um regime policial, tão do agrado de nossa burguesia.

A Incapacidade da burguesia brasileira

Já dissemos e repetimos que a burguesia nacional continuava dilacerada e fragmentada por interesses regionais e de grupos. Não conseguiu elevar-se à altura de uma verdadeira classe dirigente, consciente do papel que lhe cabe representar em um regime capitalista. Não se sente capaz de enfrentar os dois problemas fundamentais desse regime, e que lhe caberia, historicamente, resolver: a reforma agrária e a industrialização do país. A solução dessas duas tarefas que lhe daria o direito histórico de representar, durante um período mais ou menos longo, o papel de classe dirigente da sociedade, está muito acima da capacidade de nossa burguesia indígena. Limitou-se ela e continua a limitar-se ao papel de comparsa do imperialismo, na exploração do povo brasileiro e na manutenção de uma economia semi-colonial. Contenta-se com o papel subalterno e não alimenta aspirações de vir o desempenhar o papel de uma classe dirigente autônoma. Os seus elementos não se aglutinam em torno da idéia da independência econômica do país. Não estão dispostos a fazer sacrifícios ou arrostar perigos. Satisfazem-se com as migalhas do festim imperialista, bastante polpudas, é verdade, sob a forma de lucros coloniais extorsivos. Os interesses de cada um primam sobre os interesses da classe e da nação, e impedem o desenvolvimento e o progresso, na medida em que poderia ser realizado por uma burguesia capaz e consciente. A manutenção das condições feudais no campo e, entre outros, os problemas do petróleo e da energia elétrica, atestam com eloquência a falência da burguesia brasileira.

Se investigarmos as causas dessa incapacidade econômica e, consequentemente, política, da burguesia brasileira, verificaremos que as mais importantes são, de um lado, a superação do regime capitalista em escala mundial e, de outro, a sujeição de nossa economia ao imperialismo. Aliás, a mesma situação se reflete em todos os países economicamente atrasados, onde as respectivas burguesias chegaram muito tarde ao festim capitalista. As condições, naturalmente, variam um pouco de país a país, em função de fatores particulares a cada um deles; o quadro geral é, entretanto, o mesmo. Acresce, ainda, um fator de primeira grandeza e que explica

em grande parte a política hesitante da burguesia. Trata-se do grau de consciência das massas trabalhadoras que é infinitamente mais elevado do que o era nos países europeus na época da revolução industrial, e mais ainda do que na acumulação primitiva do capital. O proletariado brasileiro e o s i d e r a também conquista sug todas as reivindicações obtidas através de séculos de luta, muitas vezes cruenta, do proletariado internacional. Ao lado disso, mais de um exemplo já lhe revelou a falência do regime capitalista e a possibilidade de sua transformação em regime socialista. Assim, o proletariado brasileiro não se dispõe a arcar com todos os sacrifícios na luta pelo desenvolvimento econômico do país, e muito menos a depositar os seus destinos nas mãos da burguesia.

Dessa maneira, não podendo opor-se ao imperialismo, em seu único e exclusivo proveito, devendo dividir os benefícios dessa luta com as massas trabalhadoras, temendo o seu fortalecimento e crescimento, a burguesia brasileira prefere associar-se ao imperialismo e nele escudada enfrentar as massas trabalhadoras a fim de manter a sua posição privilegiada, embora precária. Que a situação ainda é de privilégio, não há dúvida. Basta lançar uma vista de olhos sobre os lucros que auferem as empresas industriais e comerciais, mesmo no período de crise de após-guerra que atravessamos. "As 92 sociedades anônimas analisadas (do Rio e de São Paulo), com capital e reservas de 4.135.209 mil cruzeiros, ocupando 85.783 operários, produziram um lucro líquido de 714.476 mil cruzeiros, em 1948. Quer dizer, obtiveram um lucro líquido de quase 20% sobre capital e reservas. As 92 sociedades anônimas obtiveram um lucro líquido médio de Cr\$ 8.330,20 por operário. Existem empresas no Distrito Federal e em São Paulo, onde o lucro líquido por operário chega à casa dos Cr\$ 22.000,06". (Vanguarda Socialista, 5-2-50).

Assim, aos seus interesses imediatos, a burguesia não hesita em sacrificar os seus próprios interesses futuros e os da nação. Os elementos representativos da burguesia brasileira não devem, eles mesmos, ter a menor dúvida sobre o papel retrógrado que o imperialismo está desempenhando em relação às possibilidades de desenvolvimento do país. Os capitais estrangeiros, ma-

Outra prova das "inclinações democráticas" da burguesia brasileira, a temos na tolerância e no benevolente complacência com que assiste à articulação do integralismo. Nenhum dos partidos burgueses vê nos integralistas uma ameaça séria aos interesses de sua classe. Todos eles, mais de uma vez, já fizeram alianças eleitorais ou parlamentares com os saqueadores de Plínio Salgado. E a razão desse procedimento é muito simples. A burguesia considera o integralismo força de reserva, tropa de choque a ser utilizada em ocasiões apropriadas. Para nós, o integralismo não é um fenômeno isolado na política nacional. O integralismo é a vanguarda da reação capitalista, é parte integrante da classe dominante e do regime por ela defendido.

A sucessão presidencial

É nesse panorama econômico e político que se desenvolve o problema da sucessão presidencial. A sucessão presidencial sempre foi um período crítico no decurso da vida política do país. Nessa ocasião, potencializava-se, não só as dificuldades econômicas e políticas reinantes, mas também se aguçam os extremos as rivalidades de interesses pessoais e de grupos que dilaceram e pulverizam a classe dominante. Sempre foi o momento propício e o caldo de cultura apropriado para os golpistas, os aventureiros, os caudilhos e os ambiciosos. Representava uma dura prova a que eram submetidos o regime e o domínio da classe dominante. E mais de uma vez, otimizava pela perspectiva de luta e pela incerteza do êxito da mesma, entregava a defesa de seus interesses a um expoente das forças armadas, fiel da balança nos momentos de crise. Assim foi em 1945. A burguesia reacionária e a "liberal" foram buscar nos quartéis homens que empunhassem suas bandeiras.

A excepcional gravidade da atual crise da sucessão presidencial, o desassossôgo, a confusão reinante, as paixões desenfreadas, a presença na arena política de aventureiros e caudilhos tipo Borghi, Getúlio, Adhemar e outros, tudo isso nada mais é do que a expressão da excepcional gravidade da crise econômica e política que estamos vivendo. Quaisquer que sejam os nomes apresentados, quaisquer que sejam os agrupamentos a se processarem nos próximos semanas ou meses, já se pode de antemão afirmar que o Partido Socialista e as massas trabalhadoras não se verão na contingência de escolher e optar. A situação política de 50 em nada se assemelha à de 45. Não se tratará de escolher entre ditadura e democracia. Não enfrentaremos um dilema de mal menor. Podemos afirmar que nenhum dos candidatos a serem apresentados, por mais dignos e honestos que sejam pessoalmente, poderá contar com o apoio do Partido Socialista e das massas trabalhadoras. Todos eles representam direta ou indiretamente os interesses da classe dominante destas ou daquelas facções da burguesia, igualmente incapazes de assegurar o desenvolvimento do país em bases econômicas e políticas condizentes com os interesses da classe operária e dos trabalhadores das cidades e dos campos.

Uma situação política diferente da de 1945 exige dos socialistas uma solução também diferente.

A Partido Socialista e a Situação Nacional

(Continuação de 5.a pag.)

Em 1945 chegou até nós o eco da vitória das democracias contra o fascismo e a ditadura. Quaisquer que tenham sido os motivos reais da segunda carnificina mundial, aos olhos das massas trabalhadoras do mundo, sedentas de justiça e liberdade, tratava-se de um embate gigantesco entre os princípios da democracia e do totalitarismo. A derrota da máquina militar alemã que comandava então, o fascismo totalitário, sacudiu o mundo todo, de um extremo a outro, e os povos se apressaram a ajustar contas com os opressores estrangeiros e indígenas. Entre nós, o movimento de resistência à ditadura de Vargas, até então limitado a pequenos grupos de estudantes e intelectuais, tomou envergadura maior e passou à ofensiva. Iniciou-se o processo de formação da União Democrática Nacional, que deveria ser o instrumento da derubada da ditadura e de instauração de uma ordem democrática. Parecia, inicialmente, que a UDN seria uma ampla frente democrática, agrupando a burguesia liberal, a classe média e o proletariado. De um organismo dessa natureza, forjado ao calor da luta contra o regime ditatorial de Vargas, se podia esperar uma ampla reforma das condições políticas e econômicas reinantes no país. Havia possibilidades e perspectivas do mesmo se transformar em instrumento de uma revolução anti-imperialista, capaz de resolver os dois problemas cruciais de nosso país: a reforma agrária e a industrialização. Essas perspectivas, muito mais positivas de que as da Aliança Nacional Libertadora, de 1935, morreram no nascedouro. Cabe, indiscutivelmente, a culpa à política míope, aventureira e golpista, imposta por Prestes aos comunistas e prestistas ao sair da prisão, em que a ditadura o mantivera durante nove anos. Embora ainda vissemos na atmosfera de Teheran e Yalta, e as "teorias" de Bowler ainda não tivessem sido condenadas por Moscou, Prestes, falando embora uma linguagem bowlderiana, torpedeou absolutamente a constituição da União Democrática Nacional, alian-

do-se ao ditador Getúlio Vargas. Desprezou o caminho revolucionário e embrenhou-se pelas sendas dos conchavos e conspirações, esperando atingir o poder da maneira mais rápida e direta. Prestes destruiu, assim, a última possibilidade, talvez, de serem arrastados grandes setores da burguesia ao caminho da revolução democrática e de cimentada a aliança entre o proletariado e a classe média. Esse erro político fundamental, capital e decisivo não foi confessado em nenhuma das auto-críticas, tão numerosas após a derrota inevitável.

Com a defeção de Prestes, a União Democrática Nacional passou a ter imediatamente um conteúdo mais limitado e mais restrito. Deixou de ser um organismo capaz de desempenhar tarefas revolucionárias, falho de um amplo

Aparcimento e desenvolvimento do Partido Socialista

A Esquerda Democrática, formada em 1945, era então um agrupamento heterogêneo. Embora o Manifesto de Agosto tivesse esboçado em suas linhas gerais o programa de um partido socialista, os seus componentes, na realidade, só estavam ligados entre si pela intenção de lutar contra a ditadura e pelo restabelecimento de um regime democrático. Embora reconhecendo a debilidade da União Democrática Nacional e a fragilidade da campanha então sob a égide do brigadeiro Eduardo Gomes, não lhe restava outra alternativa senão manter a aliança até o fim, as eleições. E, nestes termos, a política da Esquerda Democrática foi justa.

Encerrado melancolicamente o capítulo das lutas contra a ditadura, com as eleições presidenciais, a E. D. separou-se da U. D. N. e constituiu-se em Partido Socialista. O programa do Partido Socialista foi elaborado na La convenção nacional, em 1946. O Partido Socialista passou a ter fisionomia própria e estava em condições de passar a desempenhar no cenário político nacional um papel autônomo, independente da burguesia e do Partido Comunista. Ao elaborar o seu programa, já o Partido Socialista, valorizando a atuação política da burguesia nacional, tinha chegado à conclusão de que a solução dos problemas fundamentais do desenvolvimento do país — a reforma agrária e a industrialização — era impossível no regime vigente.

A atuação política do Partido Socialista, nos seus quatro anos de existência, nem sempre se pautou por essa diretriz clara e segura. Houve oscilações e capitulações periódicas. Na fase inicial houve ilusões quanto a uma possível colaboração com os comunistas, e mais tarde com a burguesia "liberal", em uma tentativa de salvaguardar as liberdades democráti-

cas, cada vez mais ameaçadas e cercadas. As nossas relações com os comunistas se esclareceram definitivamente. As experiências eleitorais e as campanhas do petróleo e da paz convenceram todos os socialistas das verdadeiras intenções dos comunistas. O mesmo, entretanto, não se deu com relação às intenções da burguesia liberal. O acordo interpartidário não produziu melhores resultados. Esboça-se no Partido uma tendência que pretende descobrir no próximo pleito presidencial, entre os grupos em vas de formação, um que incarne a fidelidade à legalidade democrática. Em consequência, a intenção de apoiar o referido grupo nas urnas. Formou-se assim a ilusão de que os acontecimentos de 1950 serão uma repetição dos de 1945, negando-se ao Partido Socialista o direito de assumir uma atitude autônoma.

Os fatos falam contra essa tendência. Todos os partidos burgueses, todas as facções das classes dominantes se comprometeram mais ou menos abertamente com os atentados contra a constituição. Todos eles se revelaram incapazes de solucionar os problemas econômicos e políticos fundamentais da nação. Na questão do petróleo, na reforma agrária, na política tributária e orçamentária, será impossível encontrar uma diferença básica, programática, entre o PSD e a UDN. No que diz respeito às atitudes com relação aos direitos das massas trabalhadoras — direito de greve, liberdade sindical, participação dos empregados nos lucros das empresas, etc. — mais difícil será ainda estabelecer uma distinção válida. Não queremos negar a existência de indivíduos honestos, democratas e bem intencionados, talvez mesmo mais numerosos na UDN que no PSD. Mas esses pouco influem na orientação fundamental dos referidos partidos.

A MISSÃO DO SOCIALISMO

É forçoso reconhecer que as massas trabalhadoras, de maneira mais ou menos consciente, já chegaram à conclusão que nada podem esperar das atuais classes dirigentes e de seus partidos políticos. A facilidade com que elas se deixam arrastar tanto pelo Partido Comunista, como pelos aventureiros políticos do tipo Borghi, Adhemar, etc., é uma expressão dessa consciência e, indiscutivelmente, um fato positivo. Revela, sem dúvida alguma, que as massas trabalhadoras, principalmente das cidades, já se libertaram da tutela política da burguesia. Já não confiam nela. É verdade que ainda não têm confiança em sua própria força e entregam a seu destino na mão de caudilhos e aventureiros. Não cabe ao Partido Socialista procurar restabelecer a confiança das massas trabalhadoras neste ou naquele setor da burguesia. Cabe-lhe, sim, a tarefa de dar uma consciência a esse processo de amadurecimento político e encaminhá-lo no sentido de uma independência política completa. Cabe ao Partido Socialista acelerar o processo de desilusão das massas em relação aos caudilhos e aventureiros que se apresentam com uma fraseologia anticapitalista e trabalhista, orientando-as para uma política consciente e própria.

O Partido Socialista se encontra em uma encruzilhada. Ou se decide a arrastar todos as dificuldades e se apresenta às massas trabalhadoras como partido nitidamente anticapitalista e revolucionário, ou se mantém na posição de ala esquerda da burguesia "liberal" e, nesse caso, de antemão se condena à estagnação e impotência. Na segunda eventualidade, a própria campanha anticomunista que até então vinhamos mantendo, perde todo seu conteúdo positivo e passa a ser um serviço gratuito e desinteressado prestado ao regime capitalista.

O nosso programa, realmente socialista e revolucionário, só passará a ter significação se a nossa atividade política quotidiana se conformar ao mesmo. Na medida em que nos acomodamos às situações concretas e escolhemos o caminho da menor resistência e do menor mal, só contribuiremos para a desmoralização e a deserção nos princípios que elegemos para orientar a nossa conduta.

A campanha da sucessão presidencial nos oferece a possibilidade de afirmar a nossa independência em relação à burguesia nacional. Devemos e podemos fazê-lo apresentando candidato próprio, portador de uma plataforma socialista.

Conclusões

1 — A burguesia brasileira revelou-se incapaz de desempenhar o papel de classe dirigente progressista da sociedade brasileira. Na época atual, em que o regime capitalista já entrou em pleno declínio em escala mundial, a burguesia brasileira, debil e desorganizada, atacada por contradições internas, covarde e corrupta, limita-se ao papel de comparsa subalterno do imperialismo na exploração das massas trabalhadoras do país.

2 — A burguesia brasileira não soube colocar-se à testa do povo contra a sujeição imperialista, pela reforma agrária e pela industrialização do país.

3 — Divorciada dos interesses do povo trabalhador, associando-se ao imperialismo na exploração dos trabalhadores das cidades e dos campos, não lhe foi possível dar ao país uma estrutura democrática. Só se sente segura em regime disfarçado ou abertamente ditatorial, em que as massas trabalhadoras são manietadas por um aparelho policial servil aos seus interesses.

4 — A incapacidade política da burguesia traz como consequência a pululação de aventureiros e caudilhos, mais ou menos fiéis aos interesses de sua classe, e coloca o exército na função de fiel da balança.

5 — A incapacidade política da burguesia brasileira é

posta à prova com particular clareza nos momentos críticos, ou seja das campanhas presidenciais. Na atual campanha da sucessão presidencial, o fenômeno se repete de maneira mais alarmante ainda, posto em perigo mortal as debs e parcas liberdades democráticas de que goza a população do país.

6 — Diante do fracasso definitivo e completo da burguesia nacional, cabe à classe operária realizar as tarefas que tornem possível o ulterior progresso da sociedade. A reforma agrária, a industrialização do país e a consequente libertação da exploração imperialista só poderão ser efetuadas pela classe operária na função de classe dirigente da sociedade. A classe operária só poderá desempenhar essas tarefas históricas em aliança estrita com os elementos da classe média e as massas exploradas do campo.

7 — A reforma agrária, a industrialização do país e a sua libertação da exploração imperialista não puderam ser realizadas pela burguesia no regime capitalista, atualmente vigente. A classe operária cabe realizar essas tarefas, mas em taxa superior, isto é, em regime socialista. Nos quadros do regime atual, esses problemas são insolúveis. Só encontrarão solução adequada, uma vez abolida a propriedade privada dos meios de pro-

(Continua na 7.ª pag.)



MENSAGEM DO PRESIDENTE O PARTIDO SOCIALISTA DA REPUBLICA E A SITUAÇÃO NACIONAL

(Conclusão da 8.ª pág.)

(Conclusão da 6.ª pag.)

mais a se concretizar, eis o resumo da enorme brochura de mais de trezentas páginas, que é a Mensagem. Em lugar de um programa de ação, de um estudo tanto quanto possível detalhada dos problemas nacionais, feito por homens competentes, verdadeiros especialistas, uma exposição de fanças que, na maioria, sabemos todos, não passaram do papel, eis a Mensagem. Uma verdadeira colcha de retalhos, cosidas com as linhas da imaginação mediocre de um "professor" cheio de retalhos, eis a Mensagem.

SAÚDE PÚBLICA

As par de certas inverdades, de algumas conclusões apressadas, — referimo-nos aos serviços de água e esgotos das cidades brasileiras — os organizadores da Mensagem revelam uma preocupação quase patológica de fazerem ressaltar as benemerências do presidente Dutra. Nada deverá servir para obscurecer a atuação do governo, mesmo que se faça omissão da preciosa presença da Missão Rockefeller, na extinção da febre amarela.

Assim, referindo-se à febre amarela, diz a Mensagem que "prosseguiram em ritmo satisfatório os trabalhos do Serviço Nacional de Febre Amarela, que, utilizando novos recursos técnicos e científicos, já debelou, praticamente, a terrível doença, na sua modalidade urbana. (Nossos os grifos). Por isso "cumprido o propósito o nome internacional que têm alcançado os trabalhos realizados entre nós, nesse campo de investigação e pesquisas, mercê, sobretudo, das contribuições que foram introduzidas nos estudos clássicos da profilaxia anti-aegypti".

Como se está vendo, tudo veladamente dito como sendo obra do atual governo, não havendo lugar para uma honrosa referência à atuação da Missão Rockefeller, a que a nação ficou devendo, não há como se ocultar, esse grande serviço. Não se nega, nem se poderia fazer sem grande injustiça, a cooperação preciosa dos médicos brasileiros, mas a orientação técnica, o material abundante que foi utilizado, o dinheiro dispendido, tudo era da Rockefeller cuja atuação a Mensagem silencia.

No que toca à malária, informa a Mensagem que, "até 1946, cerca de 2/3 dos 1.780 municípios do país", eram assolados pela febre palustre, mas tanto o governo fez, detetizou tantas casas que, ficou-se com a impressão, em breve tempo não existirá mais impudismo neste país. Como demonstração de que assim será, a Mensagem informa que o governo vai "levar os recursos de assistência medicamentosa às mais distantes regiões do país, podendo afirmar hoje que, no Brasil, qualquer pessoa tem ao seu alcance, a uma distância máxima de 6 quilômetros de sua residência, o remédio contra a malária — eficiente, abundante e rotatório".

Resumindo a luta travada contra a malária, diz o governo na Mensagem, "balanceadas as realizações destes quatro anos de exaustivos esforços, podemos orgulhar-nos dos remissos resultados obtidos através da campanha contra a malária no país. Reduzimos as proporções do flagelo a níveis de tal inferioridade que, brevemente, a incidência do mal não causará, de modo algum, efeitos perniciosos à atividade do trabalhador brasileiro". Em face de tantas realizações grandiosas, empolgados pelos feitos ciclopêicos do governo, nós outros temos vontade de gritar: éta governo bom.

Não fica aí a ação governamental, pois desdobra-se pelo vale do São Francisco, pela Baixada fluminense e, se mais tempo houvesse, sa-nearia também o vale do Amazonas. Não é demais que assim pensemos, visto a Mensagem informar que se projeta levar esses benefícios "a todos os rincões do território nacional". No entretanto, ao passo que a ação do governo se espalha pelos rincões distantes do território nacional, o governo deixa abandonado, esquecido, não o sertão carioca, mas até os bairros populosos e elegantes dessa cidade. Tão abandonados estão eles que os canais, por exemplo, do Jardim Botânico, nunca mais foram desobstruídos, as águas pluviais não se escoam e ne-las proliferam os mosquitos. Muitas pessoas no Rio não conseguem dormir sem sofrerem os suplícios de um cortinado, ou queimando o "bão noite". Lá para os lados de Deodoro, Marechal Hermes e Jacarepaguá, para só falar dos subúrbios que temos visitado, verdadeiras nuvens de mosquitos atormentam, dia e noite, os que ali residem.

Nada disso, porém, tem importância. A Mensagem dá a entender que se os futuros governos seguirem o caminho imaginariamente trilhado pelo Gal. Dutra, em muito breve o Brasil deixará de ser aquele vasto hospital de que certa vez nos falou o saudoso prof. Miguel Pereira.

Ao mesmo tempo que assim lidava com a malária, o gal. Dutra, ao contrário da maioria dos demais presidentes, "cujo desinteresse pela assistência sanitária às populações rurais não passa despercebido ao observador menos avisado", já pode afirmar que "hoje, a situação é bem diversa".

Tudo vai bem no melhor dos mundos. Quanto à tuberculose, considerada pelos especialistas, como doença epidêmica no Brasil, a Mensagem continua afirmando ser ela uma doença de caráter crônico e que se tem agravado "pela falta de habitação". Tivesse o povo onde morar e a tuberculose não constituiria nenhum problema para o governo da república, estando o gal. Dutra à testa do mesmo. Como prova, temos entre nós "um coeficiente de mortalidade em torno de 100 por 100.000

habitantes, taxa análoga à observada nos Estados Unidos da América em 1920. Por pouco não se afirma também que o número de leitos aqui, para os tuberculosos, é aqui igual ao existente naquela república.

EDUCAÇÃO

Outro grande serviço prestado ao país pela administração Dutra, ressaltado na Mensagem, é o da Campanha de Educação de Adultos. No particular, não somente a Europa, mas o mundo inteiro se curvou ante o Brasil. Lê-se na Mensagem que "uma centena de técnicos e especialistas, oriundos de todos os países americanos e ainda de países da Europa e da Ásia", são unânimes em proclamar: "a Campanha de Educação de Adultos, que o Brasil vem desenvolvendo, é a maior experiência até agora empreendida em todo o mundo". Só o de que não cuida o governo, temos o direito de afirmar, é da alfabetização das crianças. Dezenas, quicê centenas de milhares de crianças, existem no Brasil que deixam praticamente de frequentar escolas porque elas não existem em quantidade suficiente, mesmo aqui no Distrito Federal.

Realmente não deixa de ser curiosa e nisso o mundo inteiro se curvará também ante o Brasil do gal. Dutra, a política de deixar analfabetos as crianças para se ter o prazer de alfabetizá-las ao se tornarem adultos. Verdadeiramente muito original e privativa do nosso governo, essa singular orientação.

Não esconde a Mensagem, felizmente, a gravidade da nossa situação no que se refere à assistência a que menores abandonados, cuja quantidade aqui e em São Paulo, o governo afirma ser de cerca de 180 mil. Essa cifra é muito modesta, pois, somente no Rio, se bem não são nos enganamos o desembargador Piragibe, disse certa vez, existem nada menos de 150 mil. A Mensagem faz referências a verbos que serão aplicados nesses serviços mas os poderes públicos carecem de um verdadeiro programa de ação que nos dê a certeza de que a possibilidade de solução desse grande mal, não é uma vã promessa.

(Continúa)
PIRAJÁ

dução e da terra, que se dará com a ascensão das massas trabalhadoras ao poder. Cabe ao Partido Socialista a tarefa de transformar-se no portavoz dessas aspirações, já bem vivas e conscientes no seio das massas trabalhadoras do país.

8 — O problema político também só encontrará a sua solução definitiva com a abolição do atual regime. A ascensão das massas trabalhadoras ao poder não poderá corresponder a instituição de um regime nos moldes clássicos de uma democracia burguesa, e sim um tipo mais elevado de democracia: a democracia socialista.

9 — No momento de crise aguda que atravessamos, motivada imediatamente pelo problema da sucessão presidencial, compete ao Partido Socialista tomar uma posição clara, que defina perfeitamente bem a nossa política de desconfiança em relação à burguesia e de confiança na classe operária, nos trabalhadores das cidades e dos campos. Devemos recusar in limine o nosso apoio a qualquer candidatura saída do campo da burguesia. O Partido Socialista deve ter candidato próprio à Presidência da República.

Interesses econômicos e consciência de classe

O projeto do deputado ude-nista Paulo Sarazate, que está correndo pela Câmara, sobre a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, apesar de seu caráter reformista e de não atender aos verdadeiros interesses das classes trabalhadoras quanto à matéria, vem assustando de uma maneira muito interessante aos capitalistas. Não apenas através de seus representantes na Câmara de De-

putados — como também pelas associações de classe, federações e confederações, estão os "pobres burgueses" lutando a todo custo pelo adiamento da discussão desse projeto já que não podem eliminá-lo, pura e simplesmente, por ser constitucional.

E essa tomada de posição pela burguesia está atingindo gráus tão agudos, que ela começa a falar mais claro sobre si mesma e suas funções em nossa sociedade.

Que o 1.º de Maio seja uma comemoração proletária

(Continuação da 1.ª pag.)

Nesse sentido, a Comissão Nacional do Partido Socialista distribuiu instruções a todas as comissões estaduais, para que o 1.º de maio seja comemorado em todo o país. Em virtude das condições especiais do panorama sindical brasileiro, entende a Comissão Nacional que, a par da comemoração propriamente dita do assassinio dos nossos companheiros trabalhadores de Chicago, transforme-se essa data em motivo de arremetimento da classe trabalhadora para a luta pelas eleições sindicais imediatas e anistia para os grevistas presos.

Façamos deste Primeiro de Maio de 1950, um marco na nossa avançada para a emancipação das classes trabalhadoras.

Uma das associações de classe das quais falamos — a Confederação Nacional do Comércio — editou em seu "Boletim Informativo" n.º 60, de março deste ano, os debates realizados em torno do assunto por elementos das "classes produtoras", reunidos no Rio de Janeiro. Os debates são longos e fecundos para se comentar, mas neste momento interessa-nos apenas o "Editorial" com que se apresenta a publicação.

Diz-se ali que os "produtores" estão começando a ter uma "consciência econômica". Tanto que "quando se aproxima qualquer perigo e há uma conchamação, homens de todos os quadrantes se unem para resolver a situação.

Assim, diante da "ameaça" que representa o projeto de participação nos lucros, os "produtores", atendendo à clarinada do sr. João Daudt de Oliveira, reuniram-se em mesa redonda no Rio de Janeiro.

"Nessa mesa redonda — diz o Editorial — a palavra foi

(Continúa na 2.ª pag.)

Capitalismo

DEIXOU O BRASIL ASSIM

50% MORREM ANTES DOS DEZ ANOS DE IDADE.



Só o Socialismo resolverá esse problema

Liberdade aos Grevistas Presos

A mensagem do Presidente da República Uma Colcha de Retalhos Recosida de Mediocridade

Da leitura que fizemos da última Mensagem que o chefe do poder executivo vem de apresentar ao Congresso Nacional, uma única recordação positiva, até mesmo agradável, retivemos; foi a proporcionada pelas seguintes palavras: "incumbem-me, pela derradeira vez, em cumprimento de obrigação constitucional, dar-vos conta da situação do país"; chegou o termo "da expiração do prazo do vosso e do meu mandato".

Realmente é de alívio a sensação que não podemos deixar de experimentar, ao constatar que se aproxima do fim a atuação de governantes que se caracterizam por uma inoperosidade, por uma vulgaridade de feitos verdadeiramente alarmante. Se executarmos os violências cometidas pela polícia e as negociações consumadas por pessoas que, segundo é voz corrente, privam da intimidade do presidente, o governo do general Dutra não se terá assinalado por nenhum ato que o recomende à posteridade.

É verdade que jamais alguém terá esperado da atuação do governo que se organizou em Janeiro de 1946, qualquer coisa mais do que uma suave passagem entre os colossais dias da ditadura de Var-

gas e administrações moralizadas, democráticas que lhe haveriam de suceder. Mas até nisso a nação foi decepcionada. A atuação do governo atual é apenas a materialização da mediocridade dos homens que o presidente trouxe para a formação da equipe de seus auxiliares. A Mensagem em que o general Dutra presta contas ao poder legislativo

dos seus atos e pede sugestões, leis, para a execução de medidas por ele julgadas necessárias ao bem público, não podia, pois, deixar de ser o espelho dessa equipe singular.

A enumeração de alguns feitos, a lista de algumas obras que se pretendiam realizar, uma série infinita de atos que não chegaram ja-

(Continua na 7.a pag.)

O DIREITO DE GREVE

E a Justiça Brasileira

Mais de uma vez temos repetido, nestes comentários, que o proletariado deve considerar entre suas conquistas fundamentais, no terreno da legislação trabalhista, o direito de greve e a liberdade e autonomia dos sindicatos de empregados. Trataremos, hoje, de mais alguns aspectos da questão.

De fato, o grau de reacionarismo de qualquer regime político, o seu conteúdo de ditadura dirigida contra o proletariado pode ser medido quase que exclusivamente pela extensão do direito de greve e da liberdade dos sindicatos de trabalhadores. E, sob este aspecto, o regime atual do Brasil, sob a aparência de legalidade democrática, não difere muito da ditadura getulista, pois essas garantias fundamentais do proletariado continuam sendo negadas e perseguidas, como o eram no tempo do Estado Novo. Esta é, sem dúvida, uma das razões fundamentais por que o proletariado não se mostra interessado em defender o atual regime

(Continua na 3.a pag.)

Um Socialista para o Catete

Definida a posição dos socialistas de São Paulo

(Continuação da 1.a pag.)

e eficiente, duradoura e valiosa, que eles não podem dispensar". (O Estado de São Paulo, 16-2-50, pg. 9).

Logo adiante, o mesmo sr. Henrique Bastos Filho passa um atesta-

do de inépcia a sua classe, quando afirma: "A liberdade de empreendimento, a ação supletiva e complementar do Estado na ordem econô-

mica, a não intervenção estatal nos negócios privados, convicções que nós, homens de produção, tanto proclamamos e com tanto ardor defendemos, ainda não encontramos, digase, a bem da verdade, uma conceitualização exata nem uma limitação razoável (os grilos são nossos). Em congressos memoráveis, — continua — em pronunciamentos coletivos, ao mesmo tempo que enunciamos os princípios, contraditoriamente os des-

(Continua na 5.a pag.)



Os "Diários Associados" não querem pagar o descanso semanal

O companheiro Freitas Nobre, na sua qualidade de presidente do Sindicato dos Jornalistas, tornou público o documento abaixo transcrito, o qual representa uma fase da

luta que o jornalista "associados" vêm mantendo, de há muito, contra a ganância capitalista de Assis Chateaubriand e dos subservientes fâmulos que o rodeiam.

O SINDICATO DOS JORNALISTAS AO PÚBLICO

O SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DE S. PAULO tem procurado pautar sua atividade na mais completa harmonia entre os que dirigem e os que fazem o jornal.

Na realidade, todas as dúvidas em torno de salários e de reivindicações da profissão, têm sido levadas à Justiça do Trabalho, não, sem antes, a tentativa conciliatória, pelas vias legais.

A quase totalidade dos jornais de nossa terra, antes da propositura de tais reclamações perante a Justiça, ou no curso normal do processo, graças à compreensão humana e ao espírito de cooperação para com os seus empregados, tem realizado acordos, visando majoração de salários ou pagamento de benefícios já determinados pela Constituição Federal e regulados por lei posterior.

É com pesar que lamentamos a contrastante exceção que os "DIÁRIOS ASSOCIADOS", de São Paulo, criaram em torno duma reivindicação vitoriosa dos que ali trabalham, confectionando o jornal.

O descanso semanal remunerado é uma conquista dos constituintes de 1946, cuja regulamentação entrou em vigor em janeiro de 1949.

Foi necessário que os jornalistas do "DIÁRIO DE S. PAULO" e do "DIÁRIO DA NOITE" reclamassem, na Justiça do Trabalho, a concretização do benefício que a Constituição e a lei reguladora já haviam assegurado.

É venceram em primeira instância.

Inconformada com a justa vitória, a empresa recorreu para o Egregio Tribunal Regional do Trabalho, mas viu sua inconsistente pretensão barrada, unanimemente, pelos cultos magistrados de nossa terra.

Transitado em julgado o acórdão denegatório do recurso, sem qualquer meio legal para frustrar a efetivação do bene-

(Continua na 2.a pag.)

Democracia stalinista e democracia burguesa

Em maio de 1947, o governo russo decretou a abolição da pena de morte. Uma campanha de propaganda ensurdecedora apresentou a medida como uma manifestação capital e definitiva do "humanismo socialista" do regime stalinista.

Vichinsky — o procurador verdugo dos processos de Moscou — escreveu na "Pravda", "A pena de morte foi abolida. O povo soviético receberá com grande satisfação este grande gesto de humanidade soviética, que prova o poder de nosso sistema e a devoção sem precedentes que sente por seu país e pelo governo soviético o povo russo, sob a direção de Stalin, seu grande capitão e dirigente". O diário "Izvestia" associou-se às palavras de Vichinsky nos seguintes termos, "A vitória definitiva do regime soviético, a elevação crescente do espírito moral e político do cidadão soviético, a consolidação de todas as forças da nossa sociedade, receberam uma consagração com o ato histórico de ontem".

Que resta, hoje, de todas essas charlatanices? O governo de Stalin restabeleceu a pena de morte. A imprensa russa deu a notícia em um breve comunicado. Os comentários birlharem pela ausência. E Vichinsky não se acreditou obrigado a dar explicações "dialéticas" na "Pravda". A N. K. Y. D. suprirá suas faltas. (De "La Batalla").

No mesmo dia em que Truman ordenou a fabricação da bomba H, o Departamento da Agricultura dos Estados Unidos anunciou a próxima destruição de 1.400 milhões de libras peso de batatas... para evitar a depreciação do precioso tubérculo e... proteger os agricultores. A operação em custo alcançará a cifra de cem milhões de dólares.

Novas destruições de artigos alimentícios terão lugar em breve. Este ano, o governo americano adquirirá e destruirá 3.000 milhões de libras (peso) de produtos agrícolas. A política governamental no domínio da agricultura baseia-se na manutenção inexorável de preços altos.

Num período em que a fome e a miséria reinam despoticamente em vastas zonas do mundo, a potência capitalista mais poderosa vence a crise da super-produção mediante os métodos clássicos de destruição das riquezas.

O sistema capitalista mostra assim sua impotência e seu caráter profundamente anti-social e anti-humano.

(De "La Batalla").



TRABALHADORES!
Pela independência
do Socialismo